



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8182

Presidente da Mesa Diretora: Valcir Soares da Silva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Não votados ou não tramitados

Autoria: Alfredo Ramos Neto

Data: 12/04/2011

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 53/2011. (NÃO VOTADO). Dispõe sobre a entrega de produtos e serviços no município de Montes Claros.

Controle Interno – Caixa: 26.6

Posição: 48

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Não votado
Cl: 266
Ordem: 418
nº fls: 03



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 53/2011

AUTOR:

Ver. Alfredo Ramos Neto

ASSUNTO:

Dispõe sobre Entrega de Produtos e Serviços no Município de Montes
Claros.

MOVIMENTO

Entrada em 12/04/2011
Comissão de Legislação e Justiça.

- 1 - _____
- 2 - _____
- 3 - _____
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____

As Comissões
12/04/2011
[assinatura]

Câmara Municipal de Montes Claros



Vereador

Alfredo 
Ramos

Mandato de Qualidade

Projeto de lei N **53** /2011

*"Dispõe sobre entrega de produtos e
serviço no município de Montes Claros"*

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte lei;

Art.1- É obrigatório aos fornecedores de produtos e serviços localizados no Município de Montes Claros fixar data para entrega do produto e realização do serviço aos consumidores.

§ 1º- A fixação de data para entrega do produto ou realização do serviço realizado no âmbito do município de Montes Claros, ocorrerá no ato de sua contratação e será documentada em impresso próprio, em duas vias, ficando uma em posse do fornecedor e outra ao consumidor, do qual conste;

a- nome do fornecedor;

b-número de registro no Cadastro de Pessoa Física –CPF-, na hipótese de fornecedor pessoa física, ou número de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ;

c- nome do consumidor ;

d- número de registro no CPF, na hipótese de consumidor pessoa física, ou o número de registro no CNPJ, na hipótese de consumidor pessoa jurídica.

§ 2º- Na hipótese de entrega de produto cuja instalação estiver a cargo fornecedor, constará no documento referido no caput o prazo limite, determinado por data, para o término da instalação.

Art.2- O descumprimento do disposto no art.1º e em seus parágrafos sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas na Lei Federal n 8.078 de 11 de setembro de 1990- Código de Defesa do Consumidor competentes, sem prejuízo das eventuais sanções civis e criminais aplicáveis à hipótese.



[assinatura]

Art.3 - Caso e efetivação da entrega do produto ou prestação do serviço não ocorra na data marcada, o consumidor terá direito à devolução de todo valor pago monetariamente atualizado, a se efetivar em prazo não superior a 48 (quarenta e oito horas) , sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 2º desta lei.

Parágrafo Único – O descumprimento, por parte do fornecedor, da determinação constante no caput deste artigo, configura condição agravante, a ser considerada para aplicação e gradação das sanções administrativa previstas na lei federal n 8.078/90.

Art.4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 11 de abril de 2011.


Vereador **Alfredo Ramos Neto**
VEREADOR

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 12 DE ABRIL DE 20 11


PRESIDENTE

Câmara Municipal de Montes Claros



Vereador

Alfredo 
Ramos

Mandato de Qualidade

Justificativa

O presente projeto de lei tem a finalidade de regularizar as entregas de produtos e serviços no município de Montes Claros, visando evitar danos aos consumidores. A obrigação de fixar, documentalmente a data para entrega e execução dos serviços de entrega de produtos estabelecidos entre empresas e consumidores no ato da contratação, além de inibir a prática abusiva dos fornecedores e prestadores de serviços. A proposta munirá os cidadãos e cidadãs de documento apto a comprovar e reivindicar seus direitos de forma mais eficaz.

Câmara Municipal de Montes Claros, 11 de abril de 2011.

Alfredo Ramos Neto
VEREADOR